

- Pág. 2** “Agenda de Desenvolvimento e Qualidade do Serviço Público” será o tema da 4ª Conferência das Carreiras de Estado
- Pág. 3** Nelson Barbosa confirma ajuste fiscal em discurso
- Pág. 4** Novos horizontes para o planejamento



Dirigentes da Assecor tomam posse no dia 2 de janeiro

No dia 2 de janeiro (sexta-feira) foi realizado na sede da Associação, um café da manhã para a posse dos novos dirigentes da Assecor/Assecor Sindical. A Diretoria Executiva, os Conselhos Fiscal e Deliberativo assumiram, para o próximo biênio (2015-2016), o compromisso representar os interesses e aspirações dos técnicos e analistas de planejamento e orçamento da melhor forma possível. O café da manhã contou com a presença dos três presidentes, Antonio Manoel Rodrigues Magalhães, Eduardo Rodrigues e Márcio Gimene.

Para o novo presidente, Márcio Gimene, é preciso dar continuidade e aprofundar o trabalho realizado nos últimos 26 anos.

“Os avanços foram enormes nos últimos anos, mas é preciso trabalhar bastante para evitarmos retrocessos e alcançarmos novos patamares. Para isso, pretendemos lutar pela valorização salarial e melhoria nas condições de trabalho, além da valorização dos setoriais de planejamento e orçamento”, disse Gimene.

Confira em nosso site www.assecor.org.br o Plano de Trabalho da Gestão 2015-2016.

Autoridades

No dia 21 de novembro, os dirigentes eleitos já haviam se reunido com autoridades e entidades parceiras para comemorar e apresentar a nova gestão. Entidades do Fonacate, a secretária-executiva do Ministério do Planejamento e Orçamento, Eva Chiavon, além dos Secretários da SOF, José Roberto Fernandes Júnior e da SPI, Esther Bemerguy estiveram presentes. A reunião contou ainda com a presença da ex-secretária da SOF, Célia Corrêa.

Durante o encontro Eva Chiavon destacou a importância da Associação e dos servidores da Carreira para o Estado. *“Como servidores públicos, precisamos estar dispostos a fazer um bom trabalho para sociedade brasileira, prestar informações claras e precisas. E é possível perceber que vocês vêm trabalhando desta forma. A Assecor tem ainda um importante papel na valorização desta Carreira com papel fundamental para o funcionamento do Estado”,* disse a secretária-executiva.



“Agenda de Desenvolvimento e

Qualidade do Serviço Público”

será o tema da 4ª Conferência das

Carreiras de Estado

O presidente da Assecor, Márcio Gimene, se reuniu, na sede do Fonacate, com as entidades que fazem parte da Comissão Técnica da 4ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado. Durante a reunião, foi definida a temática do evento que tratará sobre a agenda de desenvolvimento e qualidade do serviço público. O evento será realizado nos dias 16 e 17 de junho de 2015, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), em Brasília/DF.

Estão previstos debates sobre “Desafios da gestão do serviço público”; “Estratégias de desenvolvimento e o papel do Estado”; “Ética e reforma política”; e “Concursos públicos: qualificação permanente dos servidores”.

Além da Assecor, representantes das afiliadas Apcf, Anesp, Anmp, Sinal, Unacon e Unafe compõem a Comissão Técnica. A programação completa e data para as inscrições serão divulgadas até o fim de janeiro de 2015.

Expediente

Presidente: **Márcio Gimene**

Vice-presidente: **Daniel Aguiar**

Jornalista responsável: **Natália Pereira**
(MTB 65414/DF)

Projeto gráfico: **Curupira Desing**

Gerência administrativa: **Valdinéa Brito**

Atendimento: **Jason Oliveira, Iracema Guedes**

Apoio administrativo: **Samuel Reis**

Uma publicação da
ASSECOR - Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento

SEPN Qd.509 Ed. Isis 1.º Andar Sala 114
Asa Norte - Brasília/DF - CEP. 70750-504
Fone/Fax: (61) 3340-0195 / 3274-3132



www.assecor.org.br



facebook.com/assecor



twitter.com/assecor



Nelson Barbosa confirma ajuste

fiscal em discurso

A Assecor, representada pelo novo presidente Márcio Gimene, compareceu no dia 2 de janeiro na posse do novo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, que recebeu, o cargo de sua antecessora, Miriam Belchior e reforçou o discurso do governo de necessidade de ajuste fiscal para retomada do crescimento.

“A política fiscal teve papel importante nesse processo, ao absorver os choques econômicos via redução temporária de nosso resultado primário. Agora, iniciamos uma nova fase na qual é necessário recuperar o crescimento da economia, com elevação gradual do resultado primário e redução da inflação. Para atingir estes objetivos serão necessários alguns ajustes na política econômica. Ajustes, que, apesar de seus eventuais impactos restritivos no curto prazo, são necessários para recuperar o crescimento”, discursou Barbosa.

Este ano, a meta inicial de superávit primário (economia para pagar os juros da dívida), de R\$ 80,7 bilhões, foi reduzida para R\$

10,1 bilhões em função do aumento de gastos e queda na arrecadação federal. O ministro disse também que, em paralelo às medidas de ajuste fiscal e orçamentário, trabalhará para aumentar investimento e produtividade, com destaque para a área de infraestrutura.

“Ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao Programa Minha Casa Minha Vida e às parcerias público privadas, se somará (às atividades do Ministério do Planejamento) a coordenação do Programa de Investimento em Logística (PIL) em uma ampla agenda institucional de estímulo ao investimento de longo prazo”, disse Barbosa, que quer atrair capital privado para o setor.

Justiça concede liminar a favor de mandado de segurança impetrado pela Assecor

O Escritório Torreão Braz impetrou em nome da Assecor, um mandado de segurança com pedido para que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) prossiga com o processo de expedição da certidão de registro sindical à Assecor Sindical. O pedido foi deferido, obrigando o Ministério à analisar o processo em 40 dias a contar da intimação.

O pedido de registro estava em 2.138º na fila de distribuição, não havendo perspectiva de que o mesmo seja apreciado em período inferior há meses ou até anos, o que desrespeita a Portaria nº 326 do MTE, art. 30, segundo o qual os pedidos de registro devem ser encaminhados à Secretaria de Relações do Trabalho (SRT), no prazo de 30 dias contados da data de protocolo.

Confira o texto da liminar na íntegra em nosso site www.assecor.org.br

Artigo

Novos horizontes para o planejamento

Por Eduardo Rodrigues e Márcio Gimene

A confirmação de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda monopolizou as atenções da mídia e do mundo político na montagem da equipe econômica do segundo Governo Dilma. A leitura geral foi a de que a equipe econômica agradou o mercado, numa perspectiva muito centrada na confirmação de Levy. Quem ousou ver além bastou-se na sinalização de que a indicação de Nelson Barbosa no Planejamento poderia representar um contraponto mais desenvolvimentista, com um nome que também não desagradava o mercado.

Para a carreira de planejamento e orçamento, a nomeação de Barbosa para o Ministério do Planejamento abre a oportunidade para mais mudanças. Alimenta-nos a expectativa de que se caminhe em direção à ampliação dos horizontes para o Planejamento.

A presença de Nelson Barbosa no Planejamento representa, em primeiro lugar, a impossibilidade de haver recuo no que se conseguiu avançar na estratégia de garantir a execução de uma carteira pujante de investimentos públicos com a gestão intensiva dos projetos do PAC. O pronunciamento do novo ministro na cerimônia de sua confirmação foi justamente nessa linha, reforçando a importância dos investimentos públicos para aumentar a produtividade e garantir o crescimento continuado do emprego e da renda.

Além de garantir a elevação do investimento público e privado, Barbosa deve ir além. Sua perspectiva desenvolvimentista permite-nos arriscar que compreende o planejamento de modo mais sistêmico, o que significa deter uma visão ampla da estratégia de desenvolvimento a ser posta em prática, e da importância de essa estratégia se projetar na programação de governo.

Do ponto de vista do próprio Ministério, reforça a necessidade de direcionar a gestão dos recursos à sua disposição em favor da implementação do conjunto de políticas públicas. Para tanto, será fundamental conferir atenção à sistematização dos principais compromissos do Governo nos objetivos e metas do PPA que será elaborado no primeiro semestre de 2015, e estruturar a sua gestão de modo que a tomada de decisão alocativa possa ser sempre qualificada. A visão para dentro do Ministério também deverá ser organizada a partir da compreensão

política da estratégia, de um lado, e do reconhecimento da importância e do papel de cada uma de suas ferramentas para implementá-la.

O diálogo, enaltecido pela Presidenta Dilma em seu discurso da vitória, é fundamental também ao planejamento, principalmente no Brasil que detém um federalismo único. Estados e municípios são muitas vezes os responsáveis pela execução das políticas públicas planejadas no governo federal. Aprofundar a dimensão territorial do planejamento por meio da articulação federativa é uma forma de valorizar a diversidade brasileira, reduzir superposições, integrar políticas públicas e promover, de fato, o desenvolvimento. Caminhar o longo percurso em direção a constituição de um Sistema Nacional de Planejamento, com a gestão estratégica das carreiras que compõem o sistema, é um rumo a ser trilhado.

Nesse processo, é também central que a nova gestão continue avançando no diálogo com a sociedade civil. O Fórum Interconselhos recebeu, em 2014, a mais alta premiação da Organização das Nações Unidas sobre gestão pública pela promoção da participação social na elaboração e monitoramento do Plano Plurianual. Nos últimos anos, a Secretaria de Orçamento Federal também tem promovido diálogo qualificado com a sociedade civil sobre as peças orçamentárias.

O orçamento é uma arena de disputa legítima da sociedade e do governo. É um espaço central para possibilitar a ampliação da governabilidade do projeto que se planeja adotar. Os instrumentos técnicos devem estar alinhados com a perspectiva política que se pretende adotar. A atual discussão em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO simboliza a importância da ligação estratégica entre o Gabinete do Ministro, a Secretaria de Orçamento e os compromissos do Governo.

O planejamento e orçamento devem ser compreendidos como instrumentos técnico-sócio-políticos. A partir deles que se pode garantir a expansão das taxas de investimento em paralelo a um processo de inclusão social. A carreira de planejamento e orçamento está a postos para desempenhar as funções que lhe couberem nesse novo ciclo, a favor do desenvolvimento do nosso país.

O artigo foi publicado no dia 3 de dezembro de 2014 no Jornal GGN